

CPIs já não interessam mais ao Congresso

24 DEZ 1995

O GLOBO

Parlamentares aprenderam que comissões não podem ser banalizadas nem devem se ocupar de negócios particulares

LYDIA MEDEIROS

• BRASÍLIA. Não faça de sua CPI uma arma porque a vítima pode ser você. Numa demonstração de que as CPIs estão em franca decadência no Congresso, o principal resultado da última comissão parlamentar de inquérito encerrada na Câmara, a do bingo, foi a acusação contra seu autor, o deputado Marco Chedid (PSD-SP), de ter extorquido dinheiro dos donos de bingo que foram ouvidos pela comissão.

As CPIs já se revelaram armas poderosas, capazes de derrubar um presidente e arrancar mandatos parlamentares. Foi assim com a CPI do PC, que abreviou o mandato de Fernando Collor, e com a CPI do Orçamento, que trouxe à tona as artimanhas praticadas pelos "anões" da Comissão de Orçamento que, sob a liderança de João Alves, arrancavam verbas públicas de finalidades nobres para aplicá-las em obras que atendiam somente a seus interesses eleitorais. As CPIs ainda provocam tremores, tanto que o Governo preferiu adiar a convocação do Congresso a correr o risco de fortalecer a idéia da criação da CPI do Banco Central ou do Siste-

ma Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam).

A banalização do instituto da CPI e o fato de elas terem se tornado instrumentos de barganha política estão levando o Congresso a tornar mais rígidas as exigências para instalação dessas comissões. A CPI do Bingo é um exemplo que o presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), não quer mais ver se repetir.

— CPI só com um fato determinado — garante Luís Eduardo.

Bingo foi um tiro pela culatra. Ecad parecia um show

Um exemplo dessa determinação foi a decisão de transformar a comissão proposta pelo líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ) para investigar a questão do desemprego em uma comissão especial. Miro Teixeira concordou com a alternativa, apesar de achar que as CPIs devem se prestar não apenas a investigações criminais, mas também à busca de soluções para os problemas nacionais.

— CPI não é só para colocar gente na cadeia. Há dados que só uma comissão parlamentar de inquérito tem força para obter. Mas

só devem ser instaladas em caráter excepcionalíssimo, porque é um instrumento que está se vulgarizando e precisa ter sua dignidade restabelecida — diz o deputado pedetista.

Este ano, a Câmara instalou quatro CPIs, duas delas ainda não concluídas. Ainda estão em funcionamento as CPIs que investigam irregularidades na produção de medicamentos e nas enti-

dades de previdência privada.

Além da CPI do Bingo, foi realizada também a CPI do Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais (Ecad), que apurou os problemas no pagamento de direitos autorais no país. A CPI do Bingo lembrou uma delegacia de polícia, enquanto a CPI do Ecad foi um verdadeiro show, em que desfilaram artistas como Daniela Mercury, Tim Maia, Genival La-

cerda, Belchior, Waldick Soriano, Luís Ayrão, Paulo Massadas e Lulu Santos, que acabou acusado de sonegação de impostos.

— Uma CPI é feita para investigar atividades públicas, e não negócios privados. Se não for assim, acontece o que ocorreu com a CPI do Bingo: o que o Congresso Nacional tem a ver com isso? — reclama Miro.

Mas tramitam na Câmara 23 pe-

didos para a instalação de CPIs para os mais diversos fins. O deputado Elias Murad (PSDB-MG), por exemplo, quer uma CPI para investigar a produção de uma variedade de tabaco que contém um percentual de nicotina mais elevado. Por outro lado, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) espera há tempos a instalação no Senado da CPI dos Corruptores, baseada nas denúncias que ficaram sem resposta nas CPIs do PC e do Orçamento.

Miro quer mais poder para comissões permanentes

Na Câmara dos Deputados, há um movimento para que as comissões permanentes sejam fortalecidas e as CPIs só se criem em condições excepcionais. Segundo Miro, a Comissão de Fiscalização e Controle deve ser uma CPI permanente. Mas ele critica o fato de hoje esta comissão ser presidida por um deputado federal do PSDB, Firmino de Castro (CE).

— O PSDB não pode ter o presidente da República, que é o ordenador de despesas, e comandar a fiscalização. É um absurdo. Essa é uma comissão típica da oposição, para o bem da democracia — sustenta Miro. ■